

*É fundamental o debate sobre a dinâmica política da América Latina. A contribuição que segue destaca a contradição entre programa e alianças heterogêneas em termos de interesses econômicos. E aponta a democracia participativa na economia e no poder como eixo fundamental ao lado da conquista de governos progressistas.*

*Novas contribuições irão alimentar esse debate necessariamente plural a partir do ponto de vista do socialismo democrático.*

## **AS ESQUERDAS NO LABIRINTO LATINO-AMERICANO: ONDE ESTÁ A SAÍDA? | ARIEL NAVARRO**

Há cinco anos, Andrés Manuel López Obrador assumia a presidência do México. Naquela época, o governo de Donald Trump nos Estados Unidos estava no meio de seu mandato, Jair Bolsonaro assumia a presidência do Brasil após um avanço judicial que resultaria na prisão de Lula da Silva, e ainda não tínhamos indícios da pandemia que, dois anos depois, se espalharia por todo o planeta. Desde então, apesar das tentativas de desencadear e consolidar uma onda conservadora e reacionária em nosso continente, as esquerdas e o progressismo têm obtido vitórias eleitorais de maneira quase ininterrupta na América Latina, retomando o impulso inaugurado pelo presidente mexicano.

No ano seguinte, em 2019, a Frente de Todos pôs fim à experiência do macrismo na Argentina. Em 2020, depois de um ano de golpe de Estado, o MAS recuperou o governo na Bolívia. Em 2021, Pedro Castillo tornou-se presidente do Peru ao derrotar Keiko Fujimori no segundo turno. No final desse ano, no Chile, Gabriel Boric, uma das figuras emergentes dos levantes estudantis de décadas passadas, venceu a direita reacionária liderada por José Antonio Kast. No ano seguinte, Gustavo Petro venceu as eleições presidenciais na Colômbia liderando uma aliança entre a esquerda, o progressismo e setores liberais. Em outubro de 2022, num segundo turno acirrado, Lula voltou ao governo do Brasil, após o golpe

contra Dilma em 2016, a injusta condenação que o levou à prisão por mais de 500 dias e o fracassado governo de Bolsonaro, liderando uma frente democrática composta por diversos setores políticos brasileiros. Atualmente, estamos a poucos meses das eleições presidenciais no Equador e na Argentina, onde as forças progressistas e populares enfrentam o desafio de obter novas vitórias.

No entanto, além da cronologia dessas vitórias eleitorais das esquerdas encadeadas umas às outras, enfrentamos diversas dificuldades que têm impedido a consolidação de um processo de transformações profundas e sustentadas, que possa desfazer o caminho percorrido durante a breve experiência neoliberal que se desenvolveu em muitos países da região após a onda progressista da década de 2000. Além disso, não foram poucos os obstáculos na construção de um novo cenário de reconfiguração regional em benefício dos povos, fortalecendo a integração regional e gerando um desenvolvimento sistemático e sustentável de políticas de inclusão e avanço nos direitos dos setores mais desfavorecidos do continente.

Além dos desafios próprios deste novo ciclo político continental, a chegada da pandemia e, posteriormente, as consequências da guerra entre Rússia e a OTAN, configuraram um cenário econômico global em que as desigualdades se acentuaram, as riquezas se concentraram em mãos cada vez mais reduzidas e as possibilidades de desenvolver processos de desenvolvimento econômico autônomo a partir das regiões periféricas foram dificultadas. Isso aumentou os níveis de dependência e exclusão em nossas economias locais e em nossas sociedades.

Neste cenário, o surgimento de ideias políticas autoritárias, reacionárias e de curto prazo encontrou terreno fértil em nossa região para se consolidar. Essas forças políticas, que oferecem soluções simplistas, mas inviáveis para os problemas centrais de nossas sociedades, têm contado com o respaldo dos meios de comunicação e dos setores mais conservadores de nossas estruturas institucionais, principalmente o poder judiciário, para expandir e consolidar seus projetos de exclusão, dependência do sistema financeiro internacional e concentração de riqueza.

## **As contradições dos novos tempos**

Se algo caracterizou o ciclo político pós-neoliberal, a mudança de época ou a onda progressista dos anos 2000, foi a capacidade dos governos de esquerda de implementar políticas de redistribuição de riqueza que incorporaram milhões de pessoas no continente, tanto no aspecto laboral como social. Esse processo se desenvolveu com base no crescimento sustentado de nossas economias locais, impulsionado pelo aumento dos preços internacionais de produtos primários, e na consolidação de modelos políticos inclusivos liderados por lideranças fortes que hegemonizaram as alianças políticas, construindo, assim, um processo de irmandade e integração regional a partir das coincidências políticas e da situação econômica semelhante enfrentada por nossos países.

No entanto, atualmente, esse novo ressurgimento das vitórias eleitorais de esquerda enfrenta um cenário diferente e, provavelmente, mais complexo. Por um lado, há uma contradição constante decorrente da necessidade de construir alianças políticas mais heterogêneas e amplas, que incorporem setores pertencentes ao campo liberal ou provenientes de tradições políticas conservadoras. Essas alianças são necessárias para obter vitórias em cenários eleitorais mais ajustados. No entanto, uma vez estabelecido o governo de coalizão com esses atores, surgem dificuldades para implementar políticas de transformação profunda com mecanismos de redistribuição de riqueza. Esses atores "do centro" ou moderados, que foram necessários para obter a vitória eleitoral, tornam-se aliados cruciais dos setores econômicos concentrados para impedir o aprofundamento das mudanças que inicialmente motivaram a escolha dessas alianças pela população.

Ao mesmo tempo, o surgimento de forças reacionárias, conservadoras, ultraliberais e radicalizadas tem proposto soluções simplistas para os problemas centrais de nossas populações, como a pobreza e a insegurança, com predominância de conteúdos violentos, machistas e racistas em seus discursos. Bolsonaro no Brasil, Kast no Chile, Camacho na Bolívia, Milei na Argentina,

Hernández na Colômbia e Fujimori no Peru são algumas das expressões políticas dessa radicalização das direitas latino-americanas. A construção de uma identidade e um senso comum fortemente excludente e violento, em um cenário econômico complexo em que se encontram, em maior ou menor medida, os governos de esquerda e progressistas, impacta não apenas nos setores mais privilegiados da região, mas também começa a ressoar em parte das demandas dos setores populares que, diante das dificuldades e frustrações, encontram nessas forças um canal para expressar sua insatisfação.

As esquerdas e os governos progressistas enfrentam, então, sérias dificuldades para consolidar um processo de mudanças profundas em um mundo cada vez mais complexo. As alianças de governo - cada vez mais heterogêneas - acentuam suas tensões internas, retardando a agenda das transformações necessárias. Além disso, a oposição de direita radicalizou-se e tornou-se mais violenta, infiltrando seu senso comum cada vez mais em diversos setores da sociedade. Essas são equações de resolução difícil que apresentam desafios no novo tempo.

### **Sair do labirinto: por cima?**

No período dos governos progressistas da década de 2000, houve um impulso transformador na América Latina. No entanto, hoje enfrentamos um contexto diferente, no qual os desafios evoluíram e se tornaram mais complexos. Neste novo tempo, é evidente que as soluções para os principais desafios de nossa região devem ser encontradas não apenas no governo do Estado e a partir da vontade transformadora e da força das lideranças que conduziram os processos políticos no período pós-neoliberal, mas também desde as bases de nossa própria sociedade, desde baixo, nos setores populares, na participação democrática e no povo. É aí que reside a chave para impulsionar as transformações necessárias que nosso continente precisa.

## **Grandes Desafios**

Existem, então, três grandes desafios que temos pela frente:

O primeiro é condenar e erradicar o fascismo em nossa região de forma definitiva. Não podemos ser moderados ao combater o discurso de ódio, xenófobo, racista e machista que está se espalhando rapidamente em nossa sociedade e que traz consigo novos planos de exclusão, miséria e marginalização para a grande maioria. É necessário estabelecer mecanismos que limitem a disseminação dessas ideias, especialmente nas redes sociais, e onde quer que encontrem espaço para promover o ódio em nossas sociedades.

O segundo é democratizar a economia, para que cada vez mais latino-americanos e latino-americanas tenham acesso aos direitos que todo habitante de nosso continente deve ter dentro de um desenvolvimento sustentável e duradouro ao longo do tempo. A experiência do ciclo progressista dos anos 2000 deixou uma base importante de direitos e conquistas alcançadas, mas agora, em tempos mais complexos, com economias com menos margem de crescimento, é necessário ser mais audaz ao estabelecer mecanismos de distribuição de renda de forma progressista, com reformas fiscais e tributárias que reduzam a riqueza do 1% mais rico e permitam que toda a nossa sociedade possa acessar terra, teto, trabalho e comida.

E, finalmente, radicalizar a democracia em direção a uma participação popular mobilizada e constante. Neste novo tempo, é essencial radicalizar a democracia para que os contratos eleitorais sejam cumpridos por meio de mecanismos de participação direta e permanente. É fundamental envolver os setores populares, os jovens, as mulheres e as diversidades sexuais, assim como os trabalhadores formais e informais da economia.

Somente por meio da participação popular nos processos políticos podemos avançar para uma sociedade mais justa e equitativa. A mobilização constante dos cidadãos, apoiando as decisões e ações dos governos progressistas, e propondo, por sua vez, uma agenda de mudanças profunda e permanente, será fundamental para alcançar uma verdadeira transformação de

nossas nações e, com isso, propor um futuro e um horizonte melhores para o continente.

**Ariel Navarro** é coordenador executivo da Red Futuro e pré-candidato ao Parlamento do Mercosul por Unión por la Patria. Artigo originalmente escrito para a rede Nodal.